



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Lei nº 343/2007

DATA: 11 de dezembro de 2007.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO.

A Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, aprovou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Lei dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Rede Municipal de Ensino, o conjunto de instituições educacionais, unidades escolares e órgãos que realizam atividades de educação sob a coordenação do Órgão Municipal de Educação;

II – Instituições Educacionais ou Unidades Escolares, os estabelecimentos mantidos pelo Poder Público Municipal em que se desenvolvem atividades ligadas ao Ensino Fundamental e Educação Infantil;

III – Órgão Municipal de Educação, a parte central da administração pública do município, responsável pela gestão da Rede Municipal de Ensino;

IV – Magistério Público Municipal, o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Professor e de Educador Infantil da Rede Municipal de Ensino, com funções de magistério;

V – Professor, o titular de cargo da Carreira do Magistério Público Municipal, com atuação na educação infantil e/ou anos iniciais do ensino fundamental;

VI – Educador Infantil, o titular de cargo da Carreira do Magistério Público Municipal, com atuação exclusiva na educação infantil;

VII – Funções de magistério, as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração escolar, planejamento, coordenação, supervisão, orientação, assessoramento pedagógico e outras similares no campo da educação.

Parágrafo único. As atribuições para o exercício das funções dos profissionais da educação estão definidas nos Anexos II e III, desta Lei.

CAPÍTULO II DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 3º A Carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I – a profissionalização, que pressupõe qualificação e aperfeiçoamento profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II – a formação continuada dos profissionais da educação;

III – a gestão democrática do ensino público municipal;

IV – a valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

V – a progressão através de mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas.

SEÇÃO II

DA ESTRUTURA DA CARREIRA

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo de Professor e de Educador Infantil, estruturada em 3 (três) Níveis, cada um deles composto por 15 (quinze) Classes, conforme especificada na Tabela de Vencimentos do Quadro Permanente, Anexo I, parte integrante desta Lei.

§1º Cargo é o lugar na organização do serviço público correspondente a um conjunto de atribuições com estipêndio específico, denominação própria e remuneração pelo Poder Público, nos termos da lei.

§2º Nível é a divisão da Carreira segundo o grau de escolaridade ou titulação.

§3º Classe é a divisão de cada Nível em unidades de progressão funcional.

Art. 5º A Carreira do Magistério Público Municipal abrange o ensino fundamental e a educação infantil.

Art. 6º O ingresso na Carreira do Magistério Público Municipal se dará por concurso público de provas e títulos.

§1º Constitui requisito para ingresso na Carreira, no cargo de Professor, a formação:

I – para atuação multidisciplinar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental:

a) em nível médio na modalidade Normal; ou

b) em nível superior, em curso de graduação plena em Pedagogia com habilitação ao magistério da educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental; ou

c) Curso Normal Superior.

II – para atuação em campos específicos do conhecimento ou componente curricular:

a) em nível superior em curso de licenciatura plena específica; ou

b) outra graduação correspondente às áreas do conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica nos termos da legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

§2º Constitui requisito para ingresso na Carreira, no cargo de Educador Infantil, a formação:

I – em nível médio, na modalidade normal; ou

II – em nível superior, em curso de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação para a educação infantil; ou

III – em Curso Normal Superior.

§3º O exercício profissional do titular de cargo de Professor será vinculado à área de atuação ou componente curricular para o qual tenha prestado concurso público, ressalvado o exercício, em caráter excepcional, quando habilitado para o magistério em outra área de atuação e indispensável para o atendimento da necessidade do serviço.

§4º Os profissionais da educação, no Cargo de Educador Infantil atuarão exclusivamente em Instituições de Educação Infantil.

§5º O ingresso na Carreira dos profissionais da educação, dar-se-á na Classe inicial de acordo com o cargo, no Nível correspondente à habilitação do candidato aprovado.

Art. 7º Os profissionais da educação poderão exercer, de forma alternada ou concomitante com a docência, outras funções de magistério, atendidos os seguintes requisitos:

I – formação em Pedagogia ou outra licenciatura com pós-graduação específica para o exercício das funções de planejamento, supervisão, orientação educacional e assessoramento pedagógico;

II – formação em nível superior em curso de licenciatura plena ou em nível de pós-graduação para exercício da função de coordenação educacional ou outras similares no campo da educação, com formação específica para a função ou área de atuação;

III – formação em nível superior em curso de licenciatura plena para o exercício da função de direção em instituições educacionais ou unidades escolares.

Parágrafo único. É pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções do magistério, que não a docência, a experiência docente de, no mínimo 2 (dois) anos e adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado.

SUBSEÇÃO II DAS CLASSES E DOS NÍVEIS

Art. 8. As Classes constituem a linha de promoção da Carreira dos titulares de cargos de Professor e de Educador Infantil e são designadas pelos números de 1 (um) a 15 (quinze).

Art. 9. Os Níveis, referentes à habilitação do titular de cargo da Carreira são:

I – para o cargo de Educador Infantil:

Nível A – formação em nível médio, na modalidade Normal;

Nível B – formação em nível superior, em curso de licenciatura plena;

Nível C – formação em nível superior, em curso de licenciatura plena, acompanhada da formação em nível de pós-graduação, em cursos de especialização na área de educação, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

II – para o cargo de Professor:

Nível PA – formação em nível médio, na modalidade Normal;



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Nível PB – formação em nível superior, em curso de licenciatura plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;

Nível PC – formação em nível superior, em curso de licenciatura plena ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo com formação pedagógica nos termos da legislação vigente, acompanhada da formação em nível de pós-graduação na área de educação, com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

Art. 10. A mudança de Nível é automática e vigorará no mês subsequente àquele em que o interessado apresentar o comprovante da nova habilitação.

Art. 11. A mudança de um Nível para outro imediatamente superior se dará por habilitação, através do critério exclusivo de formação do profissional da educação.

Parágrafo único. O profissional da educação ocupará, no Nível superior, Classe correspondente àquela que ocupava no Nível anterior.

SEÇÃO III DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 12. O profissional da educação, nomeado para cargo de provimento efetivo, ficará sujeito ao estágio probatório, com duração de 3 (três) anos, contados a partir da posse e exercício.

§1º Durante o período de estágio probatório, o profissional da educação será submetido a avaliações periódicas semestrais, nos termos de regulamento próprio, onde serão apurados os seguintes requisitos necessários à comprovação de sua aptidão para o cargo:

I – disciplina e cumprimento dos deveres;

II – assiduidade e pontualidade;

III – eficiência e produtividade;

IV – capacidade de iniciativa;

V – responsabilidade;

VI – criatividade;

VII – cooperação;

VIII – postura ética;

IX – condições emocionais para o desempenho das funções inerentes ao cargo.

§2º Durante o estágio probatório serão proporcionados aos profissionais da educação meios para o desenvolvimento de suas potencialidades em relação ao interesse público.

§3º Cabe ao Órgão Municipal de Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação de desempenho dos profissionais da educação em estágio probatório.

Art. 13. Concluídas as avaliações do estágio e sendo considerado apto para o exercício das funções de magistério, o profissional da educação será confirmado no cargo e considerado estável no serviço público.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 14. Constatado pelas avaliações que o profissional da educação não preenche os requisitos necessários para o desempenho de suas funções, caberá à autoridade competente, sob pena de responsabilidade, iniciar o processo administrativo, assegurando ao servidor o direito de ampla defesa.

Parágrafo único. O processo administrativo instaurado deverá estar concluído obrigatoriamente em prazo que permita a demissão do servidor, se for o caso, ainda dentro do período de estágio probatório.

SEÇÃO IV DA PROMOÇÃO

Art. 15. Promoção é o mecanismo de progressão funcional do profissional da educação e dar-se-á por meio de avanço horizontal.

Art. 16. Por avanço horizontal entende-se a progressão de uma Classe para outra imediatamente superior, dentro do mesmo Nível, mediante acréscimo de 2 (dois) por cento para cada Classe, não cumulativo.

§1º O avanço horizontal dar-se-á aos integrantes da Classe que tenham cumprido o interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício, mediante critérios devidamente pontuados e decorrerá de avaliação que considerará:

I – o desempenho;

II – a qualificação em instituições credenciadas;

III – os conhecimentos do profissional da educação.

§2º A avaliação de desempenho e a avaliação de conhecimentos serão realizadas anualmente, enquanto a pontuação de qualificação a cada 2 (dois) anos.

§3º A avaliação de conhecimentos abrangerá conteúdos específicos para o exercício da função do profissional da educação e estará associada às atividades de capacitação promovidas ou oferecidas pelo Órgão Municipal de Educação.

§4º A pontuação para avanço horizontal será determinada pela média ponderada dos fatores a que se refere o parágrafo 1º tomando-se:

I – a média aritmética das avaliações anuais de desempenho, com peso 4 (quatro);

II – a pontuação da qualificação, com peso 3 (três);

III – a média aritmética das avaliações de conhecimentos, com peso 3 (três).

§5º A avaliação de desempenho, a aferição da qualificação e a avaliação de conhecimentos serão realizadas de acordo com os critérios definidos no Regulamento de Promoções do Magistério Público Municipal.

Art. 17. O profissional da educação não poderá ser promovido por meio de avanço horizontal enquanto permanecer em qualquer uma das seguintes situações:

I – em estágio probatório;

II – à disposição de outro órgão, em exercício de atividades estranhas ao magistério;

III – em licença para tratar de assuntos particulares;

IV – afastado por motivo de saúde por mais de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou alternados;

V – outras condições previstas no Regulamento de Promoções.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Parágrafo único. Cumprido o estágio probatório cujas avaliações concluíram pela efetivação do profissional da educação, este será automaticamente promovido à Classe seguinte.

SEÇÃO V DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 18. A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na Carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários.

§1º O Órgão Municipal de Educação oferecerá um mínimo de 40 (quarenta) horas anuais de cursos de formação, programas de aperfeiçoamento e capacitação para todos os profissionais do Magistério Público Municipal.

§2º Os cursos a que se refere o *caput* deste artigo serão considerados títulos para efeito de concurso público ou promoção na Carreira, nos termos do edital ou do regulamento.

Art. 19. A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do profissional da educação de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas.

Art. 20. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o profissional da educação poderá, no interesse do ensino e sem prejuízo do mesmo, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, pelo prazo máximo de 3 (três) meses, para participar de cursos de qualificação profissional, observado o que dispõe o art. 18 e de acordo com regulamentação própria.

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o *caput* deste artigo não são acumuláveis e o prazo de fruição terá início a partir da data da publicação desta Lei.

SEÇÃO VI DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 21. A jornada de trabalho do titular de cargo de Professor corresponderá a 20 (vinte) horas semanais.

§1º A jornada de trabalho do titular do cargo de Professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas de atividades, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

§2º A jornada de 20 (vinte) horas semanais do Professor em função docente inclui 16 (dezesesseis) horas de aula e 4 (quatro) horas de atividades.

Art. 22. A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Educador Infantil será unicamente de 40 (quarenta) horas semanais.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 23. O número de cargos a serem preenchidos para Professor e Educador Infantil será definido no respectivo edital de concurso público.

Art. 24. O titular de cargo de Professor, que não esteja em acumulação de cargo, emprego ou função públicos, poderá ser convocado para prestar serviço em regime de jornada suplementar, até o máximo de 20 (vinte) horas semanais, para o exercício de funções de magistério, por necessidade do ensino e enquanto persistir esta necessidade.

§1º Na convocação de que trata o *caput* deste artigo deverá ser resguardada a proporção entre horas de aula e horas de atividades quando para o exercício da docência.

§2º O regime de jornada suplementar não se constitui em horas extras e por ser de cunho eventual e transitório, extingue-se automaticamente pelo decurso de seu prazo de exercício, não se incorpora aos vencimentos, não gera estabilidade ou direito de conversão em cargo efetivo.

§3º A interrupção da convocação de que trata o *caput* do artigo ocorrerá:

I – a pedido do interessado;

II – quando cessada a razão determinante da convocação;

III – a critério do Órgão Municipal de Educação, por ato motivado.

§4º Os critérios para a convocação do titular de cargo de Professor para a jornada suplementar serão definidos pelo Órgão Municipal de Educação.

SEÇÃO VII DA REMUNERAÇÃO E DO VENCIMENTO

Art. 25. A remuneração do Profissional da Educação corresponde ao vencimento relativo à Classe e ao Nível de habilitação em que se encontre, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus.

§1º Considera-se vencimento básico da Carreira, o fixado para a Classe inicial, no Nível mínimo de habilitação, correspondente ao Nível A, Classe 1 (um) na Tabela de Vencimentos.

§2º Considera-se vencimento inicial da Carreira, o fixado para cada Nível, correspondente a Classe 1 (um) na Tabela de Vencimentos.

§3º Considera-se vencimento básico do Professor o fixado para o Nível e Classe em que se encontra na Tabela de Vencimentos.

SUBSEÇÃO I DA REMUNERAÇÃO PELA CONVOCAÇÃO EM REGIME SUPLEMENTAR

Art. 26. A convocação em regime de jornada suplementar será remunerada proporcionalmente ao número de horas adicionadas à jornada de trabalho do titular de cargo de Professor e será baseada no vencimento inicial da Carreira.

SEÇÃO VIII DAS VANTAGENS



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 27. Além do vencimento do Cargo, o profissional da educação no Cargo de Professor, poderá receber como vantagens, as seguintes gratificações:

I – pelo exercício da função de direção nas instituições educacionais ou unidades escolares;

II – pelo exercício em escola de difícil acesso.

Parágrafo único. As gratificações previstas neste artigo, serão calculadas com base na Tabela de Vencimentos de 20 (vinte) horas semanais, Anexo I desta Lei, e serão pagas proporcionalmente à carga horária de trabalho do Professor na respectiva função.

Art. 28. A gratificação do Professor pelo exercício da função de direção nas instituições educacionais ou unidades escolares, corresponderá a 40 (quarenta) por cento do vencimento básico da Carreira.

Art. 29. A gratificação do Professor pelo exercício em escola de difícil acesso corresponderá a até 10 (dez) por cento do vencimento básico da Carreira.

Parágrafo único. A gratificação prevista neste artigo, será estabelecida segundo critérios definidos em regulamento próprio.

Art. 30. Além do vencimento do Cargo, o profissional da educação no Cargo de Educador Infantil, poderá receber como vantagem, a gratificação pelo exercício da função de direção nas Instituições de Educação Infantil.

Parágrafo único. A gratificação prevista neste artigo será calculada com base na Tabela de Vencimentos de 40 (quarenta) horas semanais, Anexo I desta Lei.

Art. 31. A gratificação, do Educador Infantil, pelo exercício da função de direção nas Instituições de Educação Infantil, corresponderá a 40 (quarenta) por cento do vencimento básico da Carreira.

SEÇÃO IX
DAS FÉRIAS

Art. 32. O período de férias anuais do titular de cargo de Professor será:

I – quando em função docente, de 45 (quarenta e cinco) dias.

II – nas demais funções, de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. As férias do titular de cargo de Professor em exercício nas Instituições Educacionais ou Unidades Escolares serão concedidas nos períodos de férias e recessos escolares, de acordo com os calendários anuais, de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

Art. 33. O período de férias anuais do titular de cargo de Educador Infantil será de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. As férias do titular de cargo de Educador Infantil, serão concedidas de acordo com o calendário anual de atividades, de forma a atender as necessidades didáticas e administrativas da Instituição de Educação Infantil e as normas estabelecidas pelo Órgão Municipal de Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 34. No gozo de férias anuais remuneradas, os profissionais da educação terão direito a 1 (um) terço a mais do que sua remuneração mensal.

SEÇÃO X DA CEDÊNCIA OU CESSÃO

Art. 35. Cedência ou cessão é o ato pelo qual o profissional da educação é posto à disposição de entidade ou órgão não integrante da Rede Municipal de Ensino.

§1º A cedência ou cessão será sem ônus para o ensino municipal e será concedida pelo prazo máximo de 1 (um) ano, renovável anualmente segundo a necessidade e a possibilidade das partes.

§2º Em casos excepcionais, a cedência ou cessão poderá dar-se com ônus para o ensino municipal:

I – quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial; ou

II – quando a entidade ou órgão solicitante compensar a Rede Municipal de Ensino com profissional habilitado para o exercício de funções de magistério ou com serviço de valor equivalente ao custo anual do cedido.

§3º A cedência ou cessão para exercício de atividades estranhas ao magistério interrompe o interstício para a promoção horizontal.

SEÇÃO XI DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA

Art. 36. É instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira, com a finalidade de orientar a sua implantação e operacionalização.

Parágrafo único. A Comissão de Gestão do Plano de Carreira será presidida pelo Dirigente Municipal de Educação e integrada por representantes dos órgãos municipais de Administração, do Financeiro e da Educação e, paritariamente, de representantes do Magistério Público Municipal.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA

Art. 37. O número de cargos da Carreira do Magistério Público Municipal está definido no Anexo IV, parte integrante desta Lei.

Art. 38. O provimento dos cargos da Carreira do Magistério Público Municipal dar-se-á com os titulares de cargos efetivos de profissionais da educação, atendida a exigência mínima de habilitação específica de Nível Médio.

Art. 39. Os cargos de Monitor de Creche e Monitor de Creche II, ficam transformados em cargo de Educador Infantil, sendo que os ocupantes dos referidos cargos ficam enquadrados no presente Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, obedecidos os critérios estabelecidos nesta Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000
Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239
CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 40. Os atuais ocupantes dos cargos de Monitor de Creche e Monitor de Creche II, serão enquadrados neste Plano de Carreira, com a alteração da denominação do cargo para Educador Infantil, desde que cumpram obrigatoriamente as seguintes condições:

I – tenham ingressado por concurso público nos cargos de Monitor de Creche e Monitor de Creche II;

II – possuam a formação mínima para o magistério na educação infantil nos termos do Art. 62 da Lei 9394/96;

III – estejam exercendo as funções de magistério na educação infantil.

Art. 41. O enquadramento dos profissionais da educação neste Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, dar-se-á no Nível correspondente à sua habilitação devidamente comprovada e na Classe correspondente ao tempo de exercício efetivo no Magistério Público Municipal, à razão de 3 (três) anos para a primeira Classe e 2 (dois) anos para cada uma das Classes seguintes.

§1º O vencimento básico do profissional da educação, levará em consideração, para fins do enquadramento, a incorporação do adicional por tempo de serviço, até então percebido.

§2º O novo vencimento do profissional da educação, não poderá ser inferior à somatória do seu salário básico e do adicional por tempo de serviço, percebido até a aprovação da presente Lei.

§3º Se o novo vencimento, decorrente do provimento no Plano de Carreira, considerando a incorporação do adicional por tempo de serviço, for inferior ao vencimento até então percebido pelo profissional da educação, ser-lhe-á assegurada a diferença de enquadramento como complementação salarial, sobre a qual incidirão os reajustes futuros.

§4º Havendo a complementação salarial decorrente do provimento neste Plano de Carreira, esta será suprimida, gradativamente, somente por meio da progressão por avanço horizontal, não sendo permitido prejuízo ao profissional da educação na mudança de Nível.

Art. 42. Os profissionais da educação que se encontrarem em estágio probatório na data da publicação do Decreto de enquadramento, serão posicionados na Classe 1(um) do Nível correspondente à sua habilitação.

Art. 43. Os profissionais da educação que se encontrarem, à época de implantação do presente Plano de Carreira em licença sem vencimentos para tratar de assuntos de interesse particular ou à disposição de outros órgãos exercendo atividades estranhas ao magistério, serão reenquadrados por ocasião da reassunção, nos termos desta Lei.

Art. 44. Os profissionais da educação que ocuparem cargo em comissão junto à Rede Municipal de Ensino, com atividades voltadas à educação, serão, por ocasião da reassunção, reenquadrados neste Plano de Carreira pelos mesmos critérios aplicados aos demais profissionais da educação, computando-se também, para efeito do reenquadramento, o tempo de serviço no cargo em comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

SEÇÃO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. As normas previstas neste Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal têm caráter suplementar e específico, aplicando-se aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, as normas constantes no Estatuto do Servidor Público Municipal, naquilo que não conflitar.

Art. 46. Admitir-se-á outras formas de seleção e contratação pública, nos termos da lei e em caráter excepcional, para suprir necessidades de:

I – provimento temporário;

II – substituição emergencial de titulares do cargo.

Parágrafo único. A lei de que trata este artigo, disporá sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades de substituição temporária do titular de cargo de Professor, quando excedida a capacidade de atendimento com a adoção do disposto no art. 24.

Art. 47. O Município poderá conceder prêmios e diplomas de Mérito Educacional, selecionando anualmente, os profissionais que se destaquem em decorrência do desenvolvimento de trabalho pedagógico considerado de real valor para a elevação da qualidade de ensino.

Art. 48. Os profissionais da educação em efetivo exercício na data da publicação desta Lei, serão enquadrados no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, observados, entre outros, os direitos adquiridos, as exigências de habilitação profissional e critérios de enquadramento estabelecidos nos artigos 39, 40, 41 e 42 desta Lei.

Art. 49. O valor dos vencimentos referentes às Classes da Carreira do Magistério Público Municipal será obtido pela aplicação dos coeficientes seguintes sobre o valor do vencimento básico da Carreira:

Classe 1.....	1,00;
Classe 2	1,02;
Classe 3.....	1,04;
Classe 4	1,06;
Classe 5.....	1,08;
Classe 6.....	1,10;
Classe 7	1,12;
Classe 8	1,14;
Classe 9	1,16;
Classe 10	1,18;
Classe 11.....	1,20;
Classe 12.....	1,22;
Classe 13	1,24.;
Classe 14.....	1,26;
Classe 15.....	1,28.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 50. O valor dos vencimentos correspondentes aos Níveis da Carreira do Magistério Público Municipal para o cargo de Educador Infantil, será obtido pela aplicação dos coeficientes seguintes, sobre o valor do vencimento básico da Carreira:

Nível A	1,00;
Nível B.....	1,18;
Nível C	1,28.

Art. 51. O valor dos vencimentos correspondentes aos Níveis da Carreira do Magistério Público Municipal para o cargo de Professor, será obtido pela aplicação dos coeficientes seguintes, sobre o valor do vencimento básico da Carreira:

Nível PA	1,00;
Nível PB.....	1,35;
Nível PC	1,45.

Art. 52. Os profissionais que foram admitidos por concurso público, no Cargo de Monitor de Creche II, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, passarão, a partir do enquadramento nos termos desta Lei, a integrar o regime de jornada de 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos correspondentes a jornada de trabalho.

Art. 53. O exercício da função de direção nas Instituições Educacionais ou Unidades Escolares será exercida por profissionais integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 54. Os profissionais da educação integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal, poderão perceber outras vantagens pecuniárias devidas aos servidores municipais, nessa condição, quando não conflitantes com o disposto nesta Lei.

Art. 55. Os proventos de aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar o vencimento básico da Carreira dos servidores em atividade.

Art. 56. O profissional da educação, após aprovação em concurso público, terá sua lotação e exercício na unidade educacional indicada no ato de nomeação.

Art. 57. Os critérios para o processo de lotação dos atuais profissionais da educação, serão, após aprovação desta Lei, estabelecidos pelo Órgão Municipal de Educação, por meio de regulamento próprio, para exercício a partir de 2008.

Art. 58. O Órgão Municipal de Educação deverá a partir da aprovação desta Lei, estabelecer os critérios e demais condições, para o processo de remoção dos profissionais da educação, por meio de regulamento específico.

Parágrafo único. No regulamento de que trata este artigo, deverá obrigatoriamente, estar garantido aos profissionais em exercício, o direito a remoção, antes da oferta de vagas a novos profissionais, ou em abertura de concurso público para o magistério.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 59. Fica assegurado ao profissional da educação no exercício de função de suporte pedagógico no Órgão Municipal de Educação, o retorno à lotação de origem.

Art. 60. Ficam, a partir da aprovação desta Lei, incorporados aos vencimentos dos profissionais da educação, o valor correspondente ao adicional por tempo de serviço, passando a compor o novo salário básico do Professor e do Educador Infantil.

Art. 61. Com o enquadramento do profissional da educação neste Plano de Carreira, o adicional por tempo de serviço até então percebido, fica automaticamente extinto, por ter sido incorporado ao seu vencimento básico.

Art. 62. Os servidores ocupantes de Cargo de Monitores de Creche, admitidos por concurso público no referido Cargo, que no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da publicação desta Lei, obtiverem a habilitação para o exercício do magistério na educação infantil, poderão ser enquadrados neste Plano de Carreira, conforme os critérios estabelecidos nos artigos 40 e 41 desta Lei.

Art. 63. Fica definido o número de cargos de Professor e criado o cargo de Educador Infantil, nas quantidades especificadas no anexo IV, parte integrante desta Lei.

Art. 64. Os atuais ocupantes do Cargo de Monitores de Creche que não possuírem a habilitação mínima exigida para o magistério, continuarão neste Cargo.

Art. 65. Os reajustes de vencimentos, concedidos aos servidores públicos em geral, deverá ser aplicado também aos profissionais da educação, incidindo sobre os valores constantes da Tabela de Vencimentos, bem como sobre complementação salarial recebida por diferença de enquadramento, se houver.

Art. 66. As regulamentações previstas nesta Lei serão elaboradas com a participação da Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 67. As disposições desta Lei aplicam-se, no que não for peculiar da Carreira por ela instituída, aos integrantes do Magistério Público Municipal nela não incluídos.

Art. 68. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento.

Art. 69. O Poder Executivo aprovará o Regulamento de Promoções do Magistério Público Municipal no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 70. O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Fernandes Pinheiro será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 190/2003 de 15 de dezembro de 2003.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

Art. 71. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos inclusive financeiros, a partir de 02 de janeiro de 2008.

Edifício da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 11 de dezembro de 2007.

JOSE ADEMAR H. BORGES

Presidente da Câmara

ELITON ROSENE PABIS

Primeiro Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

ANEXO I À LEI Nº 343/2007

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO: PROFESSOR JORNADA: 20 HORAS

QUADRO PERMANENTE

NÍVEIS	CLASSES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
PA	523,00	533,46	543,92	554,38	564,84	575,30	585,76	596,22	606,68	617,14	627,60	638,06	648,52	658,98	669,44
PB	706,05	720,17	734,29	748,41	762,53	776,66	790,78	804,90	819,02	833,14	847,26	861,38	875,50	889,62	903,74
PC	758,35	773,52	788,68	803,85	819,02	834,19	849,35	864,52	879,69	894,85	910,02	925,19	940,35	955,52	970,69

CARGO: EDUCADOR INFANTIL JORNADA: 40 HORAS

QUADRO PERMANENTE

NÍVEIS	CLASSES														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	600,00	612,00	624,00	636,00	648,00	660,00	672,00	684,00	696,00	708,00	720,00	732,00	744,00	756,00	768,00
B	708,00	722,16	736,32	750,48	764,64	778,80	792,96	807,12	821,28	835,44	849,60	863,76	877,92	892,08	906,24
C	768,00	783,36	798,72	814,08	829,44	844,80	860,16	875,52	890,88	906,24	921,60	936,96	952,32	967,68	983,04



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

ANEXO II À LEI Nº 343/2007

DENOMINAÇÃO DO CARGO

PROFESSOR

ATRIBUIÇÕES:

1) Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo entre outras, as seguintes atribuições:

- Participar na elaboração da proposta pedagógica da instituição educacional;
- Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da instituição educacional;
- Zelar pela aprendizagem das crianças;
- Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para as crianças de menor rendimento;
- Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da instituição educacional com as famílias e a comunidade;
- Divulgar as experiências educacionais realizadas;
- Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da instituição educacional e ao processo de ensino-aprendizagem.

2) Atividades de Suporte Pedagógico direto à docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo entre outras, as seguintes atribuições:

- Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da escola;
- Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da instituição educacional, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;
- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- Prover meios para recuperação das crianças de menor rendimento;
- Promover a articulação com as famílias e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a instituição educacional;
- Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento das crianças, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da instituição educacional;
- Coordenar, no âmbito da instituição educacional, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;
- Acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

- Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da instituição educacional;
- Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da instituição educacional em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
- Acompanhar e supervisionar o funcionamento das instituições educacionais, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

Edifício da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 11 de dezembro de 2007.

JOSE ADEMAR H. BORGES
Presidente da Câmara

ELITON ROSENE PABIS
Primeiro Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

ANEXO III À LEI Nº 343/2007

DENOMINAÇÃO DO CARGO

EDUCADOR INFANTIL

ATRIBUIÇÕES:

1) Atividades específicas na Educação Infantil, incluindo entre outras, as seguintes atribuições:

- Atuar em atividades de educação infantil, atendendo, no que lhe compete, a criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
- Participar na elaboração da proposta pedagógica da instituição educacional;
- Planejar e operacionalizar o processo ensino-aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da instituição educacional;
- Executar atividades baseadas no conhecimento científico acerca do desenvolvimento integral da criança, consignadas na proposta político-pedagógica;
- Organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação;
- Desenvolver atividades objetivando o cuidar e o educar como eixo norteador do desenvolvimento infantil;
- Assegurar que a criança matriculada na educação infantil tenha suas necessidades básicas de higiene, alimentação e repouso atendidas de forma adequada;
- Propiciar situações em que a criança possa construir sua autonomia;
- Implementar atividades que valorizem a diversidade sociocultural da comunidade atendida e ampliar o acesso aos bens socioculturais e artísticos disponíveis;
- Executar suas atividades pautando-se no respeito à dignidade, aos direitos e às especificidades da criança de até cinco anos, em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, sem discriminação alguma;
- Colaborar e participar de atividades que envolvam a comunidade;
- Colaborar no envolvimento dos pais ou de quem os substitua no processo de desenvolvimento infantil;
- Interagir com demais profissionais da instituição educacional na qual atua, para construção coletiva do projeto político-pedagógico;
- Participar de atividades de qualificação proporcionadas pela Administração Municipal;
- Refletir e avaliar sua prática profissional, buscando aperfeiçoá-la;
- Desincumbir-se de outras tarefas específicas que lhe forem atribuídas, de acordo com as normas emanadas do Órgão Municipal de Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000


Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

2) Atividades de Suporte Pedagógico direto à docência na Educação Infantil, incluindo entre outras, as seguintes atribuições:

- Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da instituição educacional;
- Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da instituição educacional, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;
- Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada profissional;
- Promover a articulação com as famílias e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a instituição educacional;
- Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento das crianças, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da instituição educacional;
- Coordenar, no âmbito da instituição educacional, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;
- Acompanhar o processo de desenvolvimento das crianças, em colaboração com os docentes e as famílias;
- Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino ou da instituição educacional;
- Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da instituição educacional em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
- Acompanhar e supervisionar o funcionamento das instituições educacionais, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

Edifício da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 11 de dezembro de 2007.


JOSE ADEMAR H. BORGES
Presidente da Câmara


ELITON ROSENE PABIS
Primeiro Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

Estado do Paraná

Avenida Remis João Loss, 600 – Centro – CEP 84.535-000

Fone/Fax: (42) 3459.1169 e (42) 3459.1239

CNPJ 02.010.385/0001-01 – email: camarafep@irati.com.br

ANEXO IV À LEI Nº 343/2007

QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL - MAGISTÉRIO

NOMENCLATURA / CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÚMERO DE CARGOS
PROFESSOR	20 horas	100
EDUCADOR INFANTIL	40 horas	15

Edifício da Câmara Municipal de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, em 11 de dezembro de 2007.

JOSÉ ADEMAR H. BORGES
Presidente da Câmara

ELFTON ROSENE PABIS
Primeiro Secretário